



RELATÓRIO E CONTAS 2021

SANTA CASA DA MISERICÓRIA DA PÓVOA DE VARZIM



REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO ERPI - REQUALIFICAÇÃO ENERGÉTICA



NORTE2020

PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência

IFRRU2020
instrumento financeiro
reabilitação e revitalização urbanas

PORTUGAL
2020

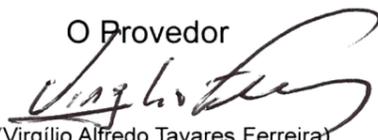
UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

BPI

Fundação "la Caixa"

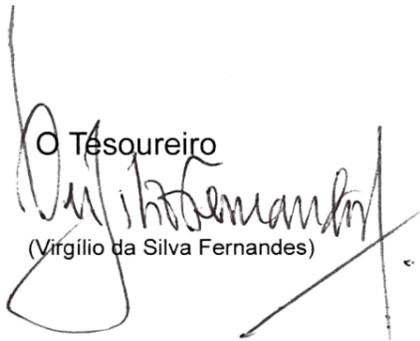
RUBRICAS	NOTAS	ANO 2021	ANO 2020
ACTIVO			
<u>ACTIVO NÃO CORRENTE</u>		13.890.230,99	13.546.267,97
Ativos fixos tangíveis	5	9.532.115,52	12.331.195,55
Propriedades de Investimento	5	4.287.579,73	1.156.850,00
Bens do Património histórico e cultural	5	15.026,70	15.026,70
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros	12.1	55.509,04	43.195,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
<u>ACTIVO CORRENTE</u>		893.864,56	979.004,36
Inventários	7	48.016,85	57.439,04
Créditos a receber	12.2	557.298,67	599.128,59
Estado e outros entes públicos	12.8	69.958,40	101.198,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros			
Diferimentos	12.4	25.516,19	32.014,84
Outros ativos correntes	12.3	53.052,55	54.047,19
Caixa e depósitos bancários	12.5	140.021,90	135.175,98
TOTAL DO ACTIVO		14.784.095,55	14.525.272,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		55.969,82	55.969,82
Excedentes técnicos			
Reservas	12.6		
Resultados transitados		3.443.569,08	2.689.168,85
Excedentes de revalorização		5.213.713,98	6.463.539,68
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2.905.382,08	2.697.835,18
Resultado líquido do período		-356.580,96	-343.086,17
TOTAL DOS PATRIMONIAIS		11.262.054,00	11.563.427,36
PASSIVO			
<u>PASSIVO NÃO CORRENTE</u>		1.420.355,71	837.879,10
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	1.420.355,71	837.879,10
Outras dívidas a pagar			
<u>PASSIVO CORRENTE</u>		2.101.685,84	2.123.965,87
Fornecedores	12.7	319.564,55	484.171,41
Estado e outros entes públicos	12.8	156.171,46	159.771,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores /associados/ membros			
Financiamentos obtidos	6	1.089.036,28	856.268,39
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12.9	536.913,55	623.754,08
TOTAL DO PASSIVO		3.522.041,55	2.961.844,97
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		14.784.095,55	14.525.272,33

O Provedor



(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro



(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ANO 2021	ANO 2020
Vendas e serviços prestados	8	4.592.250,47	4.387.405,36
ISS, IP - Centros distritais		1.180.364,86	1.189.030,35
Outros		3.411.885,61	3.198.375,01
Subsídios, Doações e Legados à exploração	9	123.831,46	129.542,73
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-873.500,91	-907.053,45
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-777.925,53	-742.274,92
Gastos com pessoal	10	-3.618.814,05	-3.376.484,16
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.11	481.480,65	442.247,42
Outros gastos	12.12	-32.836,13	-56.628,72
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		-105.514,04	-123.245,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-232.479,90	-206.329,70
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-337.993,94	-329.575,44
Juros e rendimentos similares obtidos		3.552,61	1.500,57
Juros e gastos similares suportados	12.13	-22.139,63	-15.011,30
Resultado antes de impostos		-356.580,96	-343.086,17
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado líquido do período		-356.580,96	-343.086,17

O Provedor

 (Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro

 (Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224


 Cristina Paques

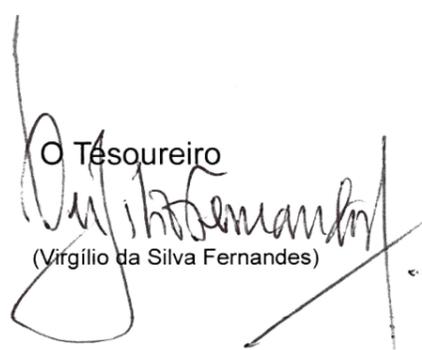
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		4.308.525,07	4.282.130,80
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		-1.424.509,32	-1.372.785,14
Pagamentos ao pessoal		-3.563.208,29	-3.331.752,34
Caixa gerada pelas operações		-679.192,54	-422.406,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		317.982,25	564.598,57
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-361.210,29	142.191,89
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1.006.250,95	-870.734,47
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		575.649,68	
Juros e rendimentos similares		3.552,61	1.500,57
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		-427.048,66	-869.233,90
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		815.244,50	743.334,74
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-22.139,63	-15.011,30
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		793.104,87	728.323,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.845,92	1.281,43
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		135.175,98	133.894,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	140.021,90	135.175,98

O Provedor

(Virgílio Alfredo Tavares Ferreira)

O Tesoureiro

(Virgílio da Silva Fernandes)

CONTABILISTA CERTIFICADO Nº52224


Cristina Paques

Anexo

1. Identificação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, instituída no ano 1756, é uma associação de fiéis, reconhecida na ordem jurídica canónica, cujo fim é a prática das catorze obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, traduzindo-se na prestação tripartida social/saúde/culto católico, com solidariedade a todos os que precisam.

É uma instituição particular de solidariedade social que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o nº43/85, a fls 24 verso, em 25/07/86, tendo adquirido a natureza de pessoa coletiva de utilidade pública.

Tem a sua sede no Largo da Misericórdia, s/n, 4490-421 Póvoa de Varzim.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Instituições do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), aprovadas pelo Decreto-Lei nº36-A/2011 de 9 de Março.

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no

futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2.Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3.Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os irmãos e outras entidades.

3.1.4.Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos irmãos com base nas demonstrações financeiras. Os itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5.Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras permitem a comparação de todas as quantias com respeito ao período anterior.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Quando o ativo reavaliado é desreconhecido, o excedente de revalorização é transferido para resultados transitados.

No fim do período de 2013, a Instituição procedeu à reavaliação do todo o seu ativo fixo, e fim do período de 2021 reavaliou os imóveis localizados no Porto - Rua Costa Cabral (U28 e U29) e Rua da Constituição (U643).

O método de reavaliação adotado foi o modelo de revalorização.

Terrenos e Edifícios	Valor Reav. 2013	Valor 2021	Observações
Bouça das Coutadas - Burgães Sto Tirso (R2818)	28.000,00	28.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (R1609)	9.000,00	9.000,00	
Bouça das Velas - Terroso (R1624)	12.400,00	12.400,00	
Bouça das Velas - Terroso (R3590)	10.200,00	10.200,00	
Campo do Eirado - Amorim (R3128)	30.100,00	30.100,00	
Cortinha da Eira Velha - Laúndos (R814)	33.600,00	33.600,00	
Bouça das Leiras - Burgães - Sto Tirso (R2732)	16.500,00	16.500,00	
Bouça do Limarinho - Burgães - Sto Tirso (R2736)	13.500,00		vendido
Bloco Residencial - R. Leonardo Coimbra (U6654)	594.900,00	594.900,00	
Morada R. Dr. Leonardo Coimbra (U5192)	102.600,00	102.600,00	
Morada R. Bonitos Amorim (U5744)	106.900,00	106.900,00	
Morada R. Patrão Lagoa (U4942)	108.800,00	108.800,00	
Estabelecimento R. Manuel Silva (U3545)	40.700,00	40.700,00	
Casa 1 - R. Manuel Silva (U5988)	7.100,00	7.100,00	
Casa 3 - R. Manuel Silva (U5990)	7.100,00	7.100,00	
Casa 4 - R. Manuel Silva (U5992)	7.100,00	7.100,00	

Terrenos e Edifícios	Valor Reav. 2013	Valor 2021	Observações
Casa 5 - R. Manuel Silva (U5994)	7.100,00	7.100,00	
Casa 6 - R. Manuel Silva (U5996)	7.100,00	7.100,00	
Morada Rua Costa Cabral (U28) (co-prop. SCMPorto)	14.080,00	35.550,00	Reav. 2021
Morada Rua Costa Cabral (U29) (co-prop. SCMPorto)	15.345,00	56.175,00	Reav. 2021
Morada Rua Constituição (U643) (co-prop. SCMPorto)	18.435,00	34.725,00	Reav. 2021
Prédio Rua Serpa Pinto (U8043)	130.000,00	130.000,00	
Morada Rua da Estação - Mindelo VC (U593)	126.000,00		vendido
Morada Rua Cor. Mac. Pinto - Mafamude VNG (U5815)	31.000,00		vendido
Vários Edifícios Centrais da Misericórdia - Lar Idosos, Grandes Dependentes, Pensionato, Centro Dia, Fisioterapia, UUCI LD, UCCI MD, Museu, Provedoria, Ser. Administrativos, Garagens, Lavandaria, Armazém, Portarias, Parque Estacionamento	5.974.500,00	5.974.500,00	
Igreja da Misericórdia (U3375)	1.092.000,00	1.092.000,00	
Edifício Hospital (U3377)	3.410.100,00	3.410.100,00	
Casa Rua da Igreja (U7443)		29.300,00	Doação 2016
Loja 57 Centro Comercial Premar (U59-AA)		9.990,00	Doação 2017
Casa R. José Régio (U5594)		180.000,00	Aquisição 2015

Os ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

Em conformidade com as políticas contabilísticas aplicadas às ESNL, os bens do património histórico, artístico e cultural não são objeto de depreciação.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos, são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos não são depreciables.

As taxas de amortizações utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	4 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos” ou “Outros Gastos”.

As “Propriedades de Investimento” estão registadas inicialmente ao custo de aquisição e subsequentemente é utilizado o método da revalorização dos mesmos. Incluem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização de capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração de Resultados.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo médio ponderado.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui o montante disponível em 31/12/2021, em caixa e depósitos bancários à ordem que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores, Empréstimos e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*”, “*Empréstimos*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4.Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos Patrimoniais*” é constituída pelos Fundos, Reservas, Outras Variações nos Fundos Patrimoniais (subsídios) e Resultados Transitados.

3.2.5.Provisões

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados, e que devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

3.2.6.Financiamentos Obtidos

O Financiamento do Estado encontra-se registado no passivo, pelo valor obtido e dividido em corrente e não corrente.

3.2.7.Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à Segurança Social, as retenções na fonte de IRS e o IVA a entregar ao Estado em 2022, e os pedidos de reembolso do IVA a receber em 2022.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. Contudo, tal como nos períodos anteriores, em 2021 foram reconhecidas na contabilidade como prestação de serviços, as participações protocoladas com a segurança social por serem contrapartidas dos serviços efetivamente prestados por cada resposta social em função do número de utentes comunicado cada mês à segurança social. O valor recebido é comunicado mensalmente à autoridade tributária, juntamente com os valores dos serviços de cuidados continuados e dos restantes serviços.

No ano 2021, refletiu-se na contabilidade a separação entre o valor do edifício (75%) e terreno (25%) dos vários imóveis, e efetuou-se o reconhecimento/desreconhecimento das depreciações e amortizações dos edifícios.

Foram também registadas correções relativas a diferimentos não reconhecidos nos períodos

anteriores e estimativas do número de refeições servidas do Programa de Emergência Alimentar contabilizadas como rendimentos em anos anteriores.

Correções efetuadas	Reconhecimento nos Resultados Transitados
Reconhecimento depreciações referente a anos anteriores, de edifícios reavaliados em 2013, não depreciados à data	-480.845,39
Desreconhecimento de depreciações referente a anos anteriores, relativo à separação entre o valor do edifício (75%) e terreno (25%)	236.637,87
Desreconhecimento de depreciações referente a anos anteriores, do edifício de culto religioso	87.536,76
Pela utilização da reserva de reavaliação 2013-2021	1.297.415,70
Contratos de manutenção informática e de seguros contabilizados em diferimentos e não transferidos para gastos no período a que dizem respeito	-29.228,54
Anulação da estimativa referente a anos anteriores do serviço do PEA	-14.030,00
Total	1.097.486,40

Em resultado das correções efetuadas, foi refletido um aumento de 1.097.486,40€ no resultado transitado, dos quais 1.297.415,70€ foi da diminuição da rubrica de reservas de reavaliação pelas depreciações efetuadas em exercícios anteriores que não tinham sido transferidas para a conta de resultados transitados, como identificado no ponto 12.6 do presente documento.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e transferências, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	ANO 2021					
Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Terrenos e recursos naturais	139.800,00	0,00	0,00	1.151.665,00	19.647,50	1.311.112,50
Edifícios e outras construções	1.017.050,00	0,00	-31.000,00	2.500.608,38	58.942,50	3.545.600,88
Total	1.156.850,00	0,00	-31.000,00	3.652.273,38	78.590,00	4.856.713,38
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções	0,00	569.133,65				569.133,65
Total	0,00	569.133,65				569.133,65
						4.287.579,73
Bens do património histórico e cultural	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Obras de arte	15.026,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.026,70
Total	15.026,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.026,70
Ativo Fixo Tangível	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00			1.655.775,00		1.655.775,00
Edifícios e outras construções	11.886.300,02	79.167,23		-5.308.292,60		6.657.174,65
Equipamento básico	2.220.052,77	17.770,98	-80,28	244,22		2.237.987,69
Equipamento de transporte	378.890,49	6.632,50				385.522,99
Equipamento administrativo	327.951,11	1.806,32	-255,85			329.501,58
Outros Ativos fixos tangíveis	291.369,47	478,43				291.847,90
Imobilizações em curso	1.266.023,83	566.712,10				1.832.735,93
Total	16.370.587,69	672.567,56	-336,13	-3.652.273,38	0,00	13.390.545,74
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00			28.116,00		28.116,00
Edifícios e outras construções	1.145.913,26	179.480,95		-423.386,30		902.007,91
Equipamento básico	1.962.252,83	16.759,14				1.979.011,97
Equipamento de transporte	339.555,66	13.349,82				352.905,48
Equipamento administrativo	307.080,58	3.637,79				310.718,37
Outros Ativos fixos tangíveis	284.589,81	1.080,68				285.670,49
Imobilizações em curso	0,00	0,00				0,00
Total	3.682.876,94	214.308,38		-395.270,30		3.858.430,22
						9.532.115,52

	ANO 2020					
Propriedades de investimento	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2020
Terrenos e recursos naturais	153.300,00	0,00	-13.500,00	0,00	0,00	139.800,00
Edifícios e outras construções	1.017.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.050,00
Total	1.170.350,00	0,00	-13.500,00	0,00	0,00	1.156.850,00
Bens do património histórico e cultural	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Obras de arte	15.026,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.026,70
Total	15.026,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.026,70
Ativo Fixo Tangível	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Edifícios e outras construções	11.859.078,13	27.221,89				11.886.300,02
Equipamento básico	2.181.164,05	38.888,72				2.220.052,77
Equipamento de transporte	364.922,67	13.967,82				378.890,49
Equipamento administrativo	322.969,46	4.981,65				327.951,11
Outros Ativos fixos tangíveis	305.352,29	1.043,88				306.396,17
Imobilizações em curso	427.590,70	838.433,13				1.266.023,83
Total	15.461.077,30	924.537,09	0,00	0,00	0,00	16.385.614,39
Amortizações acumuladas						
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico	972.234,10	173.678,44				1.145.912,54
Equipamento de transporte	1.945.910,12	16.345,35	-255,24			1.962.000,23
Equipamento administrativo						0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	291.369,47	5.235,02				291.369,47
Imobilizações em curso	283.594,70	0,00				283.594,70
Total	3.833.317,68	206.329,70	-255,24	0,00	0,00	3.682.876,94
						12.702.737,45

6. Custo de Empréstimos Obtidos

A Instituição detém empréstimos obtidos junto de vários bancos, conforme mapa abaixo:

Prazos	2021	2020
Corrente	1.089.036,28	856.268,39
Não Corrente	1.420.355,71	837.879,10
Total	2.509.391,99	1.694.147,49

Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos, conforme mapa abaixo.

Descrição	2021	2020
Juros de financiamentos obtidos	22.139,63	15.011,30
Total	22.139,63	15.011,30

Os encargos financeiros de “*Empréstimos obtidos*” relacionados com a empreitadas Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI – Pensionato e Requalificação Energética são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo, totalizando a 31 de dezembro o valor de 6.472,48€.

A capitalização destes encargos foi iniciada quando começou a ocorrer dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso, estejam concluídas.

A Instituição não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Inventários” utiliza o sistema de inventário permanente mensurado ao custo médio ponderado, e os seguintes valores finais:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras 2020	Reclassificações e regularizações 2020	Inventário em 31-Dez-2020	Compras 2021	Reclassificações e regularizações 2021	Inventário em 31-Dez-2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	51.103,78	900.541,93	12.846,78	57.439,04	862.790,04	1.288,68	48.016,85
Total	51.103,78	900.541,93	12.846,78	57.439,04	862.790,04	1.288,68	48.016,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				907.053,45			873.500,91

8. Rédito

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Respostas sociais	1.145.546,50	1.180.126,62
Protocolos de cooperação p/ prestação de serviços	1.180.364,86	1.189.030,35
Respostas saúde	2.176.053,40	1.918.668,97
Joias	4.720,00	0,00
Reembolso material incontinência	58.326,65	68.450,81
Bar e comissões máquina café	24.628,91	25.674,83
Senhas	832,50	1.215,00
Receitas parque estacionamento	365,85	406,50
Receitas Culto	1.411,80	3.832,28
Total	4.592.250,47	4.387.405,36

9. Subsídios do Governo e outras entidades

Os valores obtidos na rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração” em 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Autarquia	0,00	0,00
IEFP	66.683,61	49.688,07
Instituto Turismo	41.429,05	40.389,69
Medidas Covid	8.668,80	39.464,97
Fundação La Caixa	7.050,00	
Total	123.831,46	129.542,73

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foram “22” e não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Instituição em 2021 e 2020 foi de “257” e “254”, respetivamente, apenas pessoal com vínculo contratual e programas do instituto de emprego e formação profissional.

Efetuuou-se em 2021 o acréscimo de remunerações, nomeadamente das férias, subsidio de férias e encargos do exercício a pagar em 2022.

Nos encargos sobre remunerações nem todos os trabalhadores têm a mesma Taxa Única Social, para a grande maioria é aplicada a taxa de 22,3%, um a 16,4%, uma a 19,3% e a outros é aplicada a taxa de 19,7% e 11,9%.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	2.823.881,18	2.642.118,50
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	613.569,74	572.844,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	66.271,38	66.345,70
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	115.091,75	95.175,00
Total	3.618.814,05	3.376.484,16

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas – 2021

Descrição	Numero médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	257	455.384
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	13	3.500
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	251	446.276
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	6	12.608
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	30	103.684
Mulheres	227	355.200
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa	270	458.884
Prestadores de serviços	14	11.983
Pessoas colocadas através de programas do IEFP	6	12.480
Total	290	483.347

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas – 2020

Descrição	Numero médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	249	525.523
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	13	3.500
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	246	517.222
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	16	11.801
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	56	113.074
Mulheres	206	415.949
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa	262	529.023
Prestadores de serviços	22	9.500
Pessoas colocadas através de programas do IEFP	4	8.320
Total	288	546.843

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informa-se que relativamente a ónus sobre os bens do ativo fixo da Instituição, existe uma garantia sob a forma de hipoteca do edifício Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, em prol das obras de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação da ERPI – Pensionato e Requalificação Energética, dada à instituição financeira que concedeu o financiamento IFRRU (Banco Santander S.A). Não existem quaisquer ónus sobre os restantes bens do activo fixo da entidade.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 a Instituição detinha os seguintes “*Investimentos Financeiros*”

Investimentos financeiros	2021	2020
Ações	19.274,34	19.274,34
Fundo Comp. Trabalho	36.234,70	23.921,38
Total	55.509,04	43.195,72

12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “*Créditos a receber*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e utentes conta corrente		
clientes gerais	481.986,93	530.410,08
utentes conta corrente	40.216,71	33.623,48
utentes cobrança duvidosa	35.095,03	35.095,03
	557.298,67	599.128,59

12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “*Outros ativos correntes*” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Autarquia		0,00
Rendas CCRD	14.005,52	5.820,05
Outras rendas	153,37	9.399,20
CDSSN	4.572,50	18.024,01
IEFP	20.985,41	19.633,61
Fundo de maneiio atribuidos	1.022,72	1.022,72
Outros devedores	12.313,03	147,60
	53.052,55	54.047,19

12.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	0,00	0,00
Outros	25.516,19	32.014,84
Total	25.516,19	32.014,84

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	1.835,76	3.831,03
Depósitos à Ordem	138.186,14	131.344,95
	140.021,90	135.175,98

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Posição no início do período	55.969,82			55.969,82
Fundos	0,00			0,00
Resultados transitados	2.689.168,85	1.621.590,33	-867.190,10	3.443.569,08
Excedentes revalorização ativos financeiros	739.160,00	78.590,00	-149.725,20	668.024,80
Excedentes revalorização ativos fixos	5.724.379,68		-1.178.690,50	4.545.689,18
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.697.835,18	290.644,74	-83.097,84	2.905.382,08
Sub-total	11.906.513,53	1.990.825,07	-2.278.703,64	11.618.634,96
Resultados líquidos do período	-343.086,17			-356.580,96
Total	11.563.427,36	1.990.825,07	-2.278.703,64	11.262.054,00

Das variações acima identificadas:

- Foram reconhecidas das conseqüentes alterações mencionadas na nota 4, o valor de 1.097.486,40 em resultados transitados;
- Foi desreconhecido o imóvel alienado, sito na Rua Coronel Macedo Pinto – Vila Nova de Gaia;
- Foram reavaliados os imóveis localizados no Porto - Rua Costa Cabral e Rua da Constituição.

12.7 Fornecedores

A rubrica de “*Fornecedores*” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	319.564,55	484.370,41
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	-199,00
Total	319.564,55	484.171,41

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA suportado – valor do IVA a restituir à Instituição, de bens alimentares e imobilizado.	69.892,86	101.198,72
IVA a recuperar	65,54	0,00
Total	69.958,40	101.198,72
Passivo		
IRS	30.468,51	24.850,71
IVA a pagar	0,00	11.483,79
FCT/FGCT	606,65	606,65
Pagamento Seg. Social	125.096,30	122.830,84
Total	156.171,46	159.771,99

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica “*Outras contas a pagar*” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
subsid.férias e férias de 2021 e duod.subs. natal; e duod. Subsid. férias e férias 2022	441.550,56	453.490,68
a pessoal	6.656,79	770,04
pagamento a tribunal	465,45	2.577,01
sindicatos	4,37	232,77
adiantamentos de utentes	88.236,38	162.691,19
rendas de outros imóveis	0,00	0,00
para encargos com funerais	0,00	3.992,39
	536.913,55	623.754,08

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	125.963,89	105.806,47
Publicidade e propaganda	6.051,60	5.746,90
Honorários	186.666,42	240.568,38
Conservação e reparações	64.682,02	68.408,61
Outros	10.105,39	4.660,79
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.302,71	5.993,38
Livros doc. técnicos, material escritório	10,59	171,68
Artigos para oferta	2.060,73	3.808,35
Outros	4.003,37	3.059,27
Energia e fluidos		
Eletricidade	102.277,56	56.689,08
Combustíveis	11.098,73	10.490,22
Água	38.512,90	35.034,87
Outros fluidos	111.048,94	96.726,08
Serviços diversos		
Deslocações, estadas e transportes	286,91	1.028,48
Limpeza, higiene e conforto	22.120,67	29.634,29
Seguros	27.356,21	26.264,39
Comunicações	14.489,16	17.767,06
Rendas e alugueres	287,82	287,82
Contencioso e notariado	1.376,95	454,04
Encargos c/ utentes	39.128,99	26.180,20
Despesas funerárias	3.250,96	2.295,00
Outros serviços	843,01	1.199,56
Total	777.925,53	742.274,92

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Donativos	60.518,79	70.364,74
Rendas	149.268,27	148.428,89
Alienação ativos fixos tangíveis	25.000,00	3.500,00
Subsídios p/ investimento	83.097,84	83.097,84
Subsídio alimentação em espécie	99.567,12	88.322,75
Consignação IRS/IVA	11.313,03	5.556,95
Reembolso 50% IVA bens alimentares	12.545,32	19.212,98
Subsídio de funeral	0,00	1.307,28
Correções de períodos anteriores	20.335,63	0,00
Outros não especificados	19.834,65	22.455,99
Total	481.480,65	442.247,42

12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “**Outros gastos e perdas**” e nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 201 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Impostos/Taxas	1.208,98	2.010,91
Apoio pecun. Carênciados /Grat. utentes	50,00	966,67
Correções de períodos anteriores	22.612,81	43.760,50
Quotizações	3.538,00	4.078,00
Perdas de inventário	2.584,82	4.754,50
Outros não especificados	2.841,52	1.058,14
Total	32.836,13	56.628,72

12.13 Resultados Financeiros

Os juros e similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento	22.139,63	15.011,30
Total	22.139,63	15.011,30
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.552,61	1.500,57
Total	3.552,61	1.500,57
Resultados financeiros	-18.587,02	-13.510,73

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa a 10 de março de 2022.

É esperado que a pandemia associada ao COVID-19 e a Guerra na Ucrânia, tenham impactos significativos na envolvente económica e na atividade da Instituição no ano de 2022. No entanto, a Mesa Administrativa não antecipa impactos que possam afetar a continuidade das operações da Instituição. Continua a ser seguido o plano de contingência internamente definido com vista a assegurar o normal funcionamento da mesma.



VINGA
ALMEIDA
& ARAÚJO
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueiredo Matos de Araújo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim” (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2021 (que evidencia um total de 14.784.095,55 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.262.054,00 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 356.580,96 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de “Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim” em 31/12/2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



VINGA
ALMEIDA
& ARAÚJO
SROC, LDA.

Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga
Luís Manuel Batista Gonçalves de Almeida
Ivo Marcelo Duarte Figueiredo Matos de Araújo

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 11 de março de 2022,

Vinga, Almeida & Araújo, S.R.O.C, Lda (SROC n.º 3 e CMVM n.º 20161373)

Representado por:

Ivo Matos de Araújo (ROC n.º 1711 e CMVM n.º 20161321)



RELATÓRIO E PARECER DO DEFINITÓRIO

PERÍODO DE 2021-01-01 A 2021-12-31

Caros Irmãos

Nos termos do nº.1 do artigo 31 do Compromisso, vem o Definitório da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, apresentar o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas relativos ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2021, como segue:

1 - Ao longo do período em causa e especialmente a propósito do encerramento das contas, acompanhamos a gestão e as contas da Santa Casa, com a profundidade julgada adequada nas circunstâncias, sendo de destacar os seguintes procedimentos:

- a No decorrer do período, acompanhamos com regularidade a gestão da Instituição, por via de indagações junto dos seus dirigentes e dos respetivos serviços administrativos, bem como pela análise da documentação, suporte das operações mais relevantes;
- b Analisamos a evolução dos saldos das diversas rubricas da contabilidade, estabelecendo a sua comparação com a evolução verificada no período homólogo;
- c Indagamos sobre a situação fiscal da Instituição.

2 - Com base nos factos que vieram ao nosso conhecimento, por via dos procedimentos anteriores, formamos a opinião de que:

- a A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, pautou a sua ação pelo respeito pelos Estatutos e pelas deliberações da Assembleia Geral, no quadro do cumprimento da Lei;
- b O Relatório de Gestão traduz, com um grau de detalhe aceitável, a evolução da atividade da Instituição nas diversas valências, a atividade social, a evolução que se perspetiva para a Instituição, bem como a explanação dos resultados obtidos no período e a proposta quanto à respetiva aplicação;
- c As rubricas de ativo e passivo expressas no balanço, refletem variações associadas ao desenvolvimento da atividade da Instituição, que nos foram explicadas, sendo de salientar o seguinte:
 - O ativo não corrente cresceu 2,5%, fruto da reavaliação de três imóveis localizados no Porto - Rua Costa Cabral e Rua da Constituição que detemos em compropriedade com outras entidades, dos investimentos relativos às obras já realizadas de Alteração e Ampliação da ERPI, Requalificação do Pensionato e Requalificação Energética dos Edifícios da Estrutura Residencial;



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Fundada em 23 de maio de 1756

Definitório

De salientar a separação de Propriedades de Investimento, de Ativos Fixos Tangíveis, situação não realizada em anos anteriores, mas que corresponde a uma prática contabilística adequada.

- No passivo é de salientar:

-- Passivo não corrente - o aumento em 70% de “ Financiamentos obtidos” , justifica-se pela necessidade de fazer face ao investimento das obras em curso no âmbito do IFRRU, tendo em conta de que apesar de estar aprovado o financiamento, a libertação das verbas ainda não ter sido efetuada, por razões processuais;

-- Passivo corrente - decréscimo de “fornecedores”, da ordem de 34%;

-- Passivo corrente “financiamentos obtidos-curto prazo” aumento de 27%. Tal acréscimo tem a sua origem, completamente justificável, na necessidade de financiar a tesouraria;

- A rubrica “ outros passivos correntes” prende-se com os valores de férias e subsídios a liquidar em 2022;

d A demonstração de resultados por natureza, expressa, quanto à atividade da Santa Casa, alguns valores diferentes da linha que vem sendo seguida, mas perfeitamente justificáveis e aceitáveis, sendo de referir o seguinte:

- Especificamente, quanto à atividade da Instituição, o resultado negativo apresentado não é preocupante, pois foi um ano anormal devido ainda aos reflexos da pandemia, com lenta recuperação das receitas de alguns serviços bem como um aumento significativo dos custos com o pessoal (7%) devido ao aumento do salário mínimo, novos acordos coletivos, e progressões na carreira;

- Por fim, é de salientar e louvar o esforço e a dedicação da Mesa Administrativa na forma dedicada como tem conseguido ultrapassar esta fase tão marcante na vida das pessoas e da Instituição.

e) O Relatório e as Contas apresentadas, cujo balanço expressa um total de ativo de € 14 784 095,55 e um total de fundos patrimoniais de € 11 262 054,00 (incluindo um resultado líquido negativo do período de € 356 580,96) satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade desenvolvida, bem como a situação da Santa Casa da Misericórdia.



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Fundada em 23 de maio de 1756

Definitório

PARECER

Como conclusão das notas acima expressas - o Definitório é de parecer que a Assembleia Geral deve aprovar o Relatório de Gestão e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, respeitante ao período de 1 de Janeiro de 2021 a 31 Dezembro de 2021, propondo-se um voto de louvor à Mesa Administrativa.

Póvoa de Varzim, 11 de Março 2022

O Definitório

João Gomes - Presidente

Maria Emília Macedo Oliveira – Vice-Presidente

José Alberto de Sousa e Silva - Secretário